



Ata Nº 11

Quadriénio 2017/2021

Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no salão da assembleia da delegação da Junta de Freguesia na Carreira, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a reunião ordinária da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar.

O senhor Presidente da Mesa informou que os membros Márcio Marques, Renato Silva e Vítor Boiça não podem estar presentes, pelo que serão substituídos pelos membros João Pedro Carvalho Vieira, José Carlos Pereira e Guiomar José da Silva Marques, respetivamente.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia colocou a ata número nove a votação.

A ata foi aprovada com cinco votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Paulo Gaspar, Lino Loureiro, Vítor Tomé e Isabel Veríssimo, três abstenções dos membros José Carlos Pereira, Guiomar Marques e João Vieira e um voto contra de Dulcinda Silva que discorda da aprovação, visto que considera que no texto falta a parte em que a senhora Dulcinda Silva questiona se o investimento na Fesmonte é considerado prejuízo, o que é confirmado pela senhora presidente do executivo, que depois diz que é um investimento.

Posteriormente, o senhor Presidente da Assembleia colocou a ata número dez a votação.

A ata n.º 10, de 27 de maio de 2019, foi aprovada com seis votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Paulo Gaspar, Lino Loureiro, Isabel Veríssimo, Vítor Tomé e Dulcinda Silva e três abstenções dos senhores José Carlos Pereira, Guiomar Marques e João Vieira.

No que concerne aos **assuntos antes da ordem do dia**, a senhora Dulcinda Silva disse que, relativamente na última assembleia ordinária, o saneamento na Carreira e na Sismaria estava previsto para o final de julho e gostaria de saber qual o ponto de situação para perceber se é possível ou não manter esse prazo.

O senhor Vítor Tomé, após cumprimentar todos os presentes, referiu que a anterior comissão da Fábrica da Igreja da Carreira esteve em negociações com o executivo no sentido de mudar o local da realização da Feira dos 14 para o Largo de São Jorge, o que acabou por não se concretizar. Apesar de haver a noção de que a Feira tem os dias contados, não deixa de ser importante tudo fazer para que ela não acabe. O Largo de São Jorge traz mais visibilidade e mais higiene ao evento. Por isso, o senhor Vítor Tomé solicita ao executivo que, de alguma forma, volte a negociar com a Comissão da Igreja ou até mesmo com o senhor padre José Batista, para que a Feira passe a realizar-se no Largo de São Jorge.

De seguida, referiu que o grupo do PS da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira vem louvar as iniciativas do «Renova Museu Projeto», apoiado pelo IberoMuseus, que promoveu uma reflexão sobre acessibilidade e segurança urbana associada à segurança rodoviária



com uma caminhada de sensibilização durante a qual houve várias paragens nas quais se efetuaram esclarecimentos por parte da GNR e da Escola de Condução de Monte Redondo sobre comportamentos a adotar por parte dos peões e dos condutores. Esta iniciativa contou com a colaboração da Junta de Freguesia.

Por fim, devido à inércia da empresa Infraestruturas de Portugal, o grupo do PS está a preparar um estudo acerca da Estrada Nacional 109 para apresentar na Assembleia de Freguesia de setembro para posterior envio à referida entidade.

O senhor Lino Loureiro apresentou uma Moção da Bancada do Partido Socialista pela continuidade do Colégio Dr. Luís Pereira da Costa, a qual se encontra em anexo a esta ata.

A Moção foi aprovada por unanimidade. O senhor Vítor Tomé apresentou a seguinte declaração de voto: «Apesar de ser a favor do ensino público, não posso deixar de votar a favor desta moção porque acho que o Colégio tem um enorme prestígio que enriquece a nossa freguesia e pode levar a enraizar os alunos na freguesia e será uma mais-valia para o Parque Industrial, quando estiver em funcionamento.».

A senhora Presidente do Executivo, Céline Gaspar, após cumprimentar todos os presentes, explicou que, relativamente à questão do saneamento, a informação oficial disponível é a de que até ao final de julho irá estar terminado, bem como alguns ramais de água que ainda estão em falta, visto que houve alguns ramais de água que não existiam e tiveram de ser construídos para a ligação, sobretudo na Carreira. Com exceção de algumas questões que estão a ser impedidas pela Associação de Regantes, que só vão ser resolvidas em outubro, nomeadamente a ligação da Rua de Santo António com a Rua D. Dinis e também existem alguns problemas com um proprietário confinante com uma serventia, na Sismaria. A obra tem, portanto, uma suspensão parcial. Já foram efetuadas algumas pavimentações na Sismaria e Carreira e o executivo tem feito todos os possíveis para que as obras sejam concluídas, tendo reunido com o fiscal de obra e com a empresa na Sismaria e na Carreira.

Posteriormente, o Presidente da Mesa deu início à ordem de trabalhos:

No que concerne ao **Ponto 1 – Relatório da Presidente da Junta sobre a atividade da Junta de Freguesia e Situação Financeira - apreciação nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, o ponto foi apreciado. A senhora Dulcinda Silva pediu ao executivo para fazer o ponto de situação relativamente ao Tribus, visto que, tendo em conta o relatório, tem havido reuniões, no sentido de perceber o número de viagens e de utilizadores o transporte e a sua pertinência para os habitantes da freguesia e se o investimento vale a pena.

Devido às interpelações de várias pessoas, a senhora Dulcinda gostaria ainda de saber, relativamente à requalificação do parque de merendas de Monte Redondo, se é possível detalhar o que está a ser feito e quais os prazos, visto que no relatório apenas se refere que está a ser feita a requalificação. A senhora Dulcinda referiu ainda que os membros do PSD foram chamados à atenção pelo facto de o parque estar fechado.



A senhora presidente do executivo explicou que, relativamente ao Tribus, a utilização é diminuta, sendo nula em alguns meses. O executivo, em conjunto com a Câmara Municipal, está a estudar se o serviço se vai manter disponível e, caso não se mantenha, quais as alternativas possíveis.

No que concerne ao Parque de Merendas, a Junta está a arranjar tudo o que foi vandalizado, nomeadamente o edifício, as torneiras e a construção de uma vedação na parte lateral.

Dando cumprimento ao **Ponto 2 - Transferência de competências no âmbito da Lei nº 50/2018, 16 de agosto | Exercício 2019 - apreciação, discussão e votação de acordo com o previsto no nº 2 do artigo 12º do Decreto-lei nº 57/2019, de 30 de abril**, a senhora Presidente explicou que em 2018 saiu uma legislação que implicava a Lei 50/2018 que veio alterar a lei das competências das Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, prevendo-se a transferência de algumas competências do Estado para os Municípios e também para as freguesias. Do Estado diretamente para as freguesias veio exclusivamente a questão do Espaço Cidadão, que passa a ser uma gestão própria da Junta de Freguesia. Relativamente à questão da transferência de competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, uma transferência em que essas competências passam a ser próprias da Junta de Freguesia, com a transferência de financiamento ou de recursos vindos da Câmara Municipal. Só no presente ano, com o Decreto-Lei 57/2019, é que foi definida a forma como essas transferências se procederiam e no presente momento há a necessidade de realizar uma negociação, um estudo aprofundado sobre cada uma das competências previstas, para serem definidos os recursos quer financeiros quer humanos, se for o caso. A Junta de Freguesia e a Câmara Municipal consideram o prazo de 60 dias não é o suficiente para se aceitar e negociar os moldes em que se aceitam essas transferências. Portanto, por força da lei que permite que exista essa transferência de forma faseada e gradual, a Junta de Freguesia solicita à Assembleia que aprove que essas transferências não se efetuem durante o ano de 2019 para que possa comunicar à DGAL. Até setembro do presente ano, tem de ser feita a negociação com a Câmara e apresentados os moldes em que é feita essa transferência à Assembleia de Freguesia. Algumas dessas competências já são realizadas pela Junta de Freguesia, mas existe uma diferença entre o facto de uma competência ser delegada ou ser uma competência própria, daí a necessidade de uma negociação ponderada e, visto que só a 30 de abril é que saíram os moldes em que são feitas essas transferências, houve pouco tempo.

A senhora Dulcinda Silva disse que, no que diz respeito à regionalização, pendente há décadas, o Governo tomou algumas iniciativas legislativas como a passagem de competências, as quais algumas já eram da responsabilidade das Câmaras e das Juntas. De facto, esta lei dá muito pouco tempo para a tomada de decisões, sendo que, daqui a dois anos, não haverá a possibilidade de decidir, pois serão de aceitação obrigatória. Os municípios deveriam ser ouvidos para se perceber que o tempo é muito pouco, tendo em conta que estão envolvidos recursos, nomeadamente financeiros, visto que serão precisos técnicos que poderão não ser suportados pelas Juntas de Freguesia. Contudo, essa capacidade de negociar com a Câmara recai em quem está no executivo, apesar de a lei prever que



seja o órgão deliberativo a ter que dar um parecer. Daí estar a falar numa regionalização parcialmente feita em termos de pacotes legislativos e que não é o que se esperava de uma constituição de 1976 que tem isto programado há imenso tempo e não é o que se vê atualmente.

A senhora Presidente do Executivo, Céline Gaspar, observou que não se deverá chamar regionalização a este processo, mas descentralização de competências, visto que determinadas competências que eram da responsabilidade de Estado, irão passar para as entidades locais. O executivo é a favor deste processo, desde que se possuam as ferramentas devidas. A Assembleia Municipal terá de deliberar e é possível que parte destas competências nunca venham para as Juntas de Freguesia, sendo que as Câmaras Municipais terão de aceitar todas as competências até 2020. Caso exista transferência de recursos humanos, as pessoas têm uma palavra a dizer, podem não querer ser transferidos e, cada vez que a pessoa sobe na carreira, o valor tem de ser atualizado pela Câmara Municipal. Todos estes aspetos estão salvaguardados no decreto-lei, pelo que o que importa é negociar aquilo que se vai transferir e como será feito e qual o pacote financeiro associado.

O ponto foi aprovado com oito votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Paulo Gaspar, Lino Loureiro, José Carlos Pereira, Isabel Veríssimo, Vítor Tomé, João Vieira e Guiomar Marques e uma abstenção da senhora Dulcinda Silva.

Posteriormente, o Presidente da Mesa deu a palavra aos membros do público.

A senhora Maria Idília Maia Rolo perguntou à senhora Presidente para quando está prevista a reparação do fontenário municipal, visto que tem vindo a degradar-se e como está a situação da vedação no Parque das Árvores. Referiu ainda que o recinto onde as pessoas jogam petanca está com muita erva. Questionou ainda acerca da data de início da limpeza das bermas. Solicitou, ainda, o corte das canas da berma do rio que liga a Carreira ao Picoto.

O senhor Nelson Brites diz que, sendo natural do Picoto, passa muitas vezes na estrada que liga a Carreira ao Picoto e convida o executivo a passar na estrada, uns de cada lado. Sofreu um risco no carro, quando se cruzou com um carro, e, se as bermas fossem mais alargadas e estivessem limpas, os carros teriam mais visibilidade.

A senhora Presidente referiu que prevê que a reparação do Fontenário Principal ao pé da linha do comboio seja iniciada ainda este ano, no entanto não pode assegurar uma data precisa.

No que se refere à vedação, no início de julho será montada.

Relativamente à limpeza, já se iniciou na Carreira, mas teve de ser interrompida, pois os funcionários tiveram de montar os palcos para as festas das escolas e não houve tempo para fazer tudo. Já está finalizado o procedimento de adjudicação a uma empresa e está a ser preparado o auto de consignação para se iniciarem os trabalhos, pelo que até ao final da semana seguinte, a empresa deverá iniciar os trabalhos, sendo necessário verificar o número de quilómetros adjudicados para ver em que locais irá trabalhar. Na Carreira, ou a empresa ou os funcionários da Junta continuarão o trabalho já iniciado.



Relativamente à questão das canas, não sendo da competência da Junta de Freguesia, o executivo irá ver o que poderá fazer para limpar, mas não poderá fazê-lo antes do mês de julho, visto que o tratorista se encontra de férias.

O executivo irá analisar todas as questões e decidirá o que fazer.

De seguida, foi elaborada uma minuta da sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

~~O Presidente da Assembleia~~

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

A Primeira Secretária

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário

(Lino Loureiro)

